

JORNAL DE BRASÍLIA

Os brasileiros que pensam em deixar o País poderão alegar uma batelada de motivos para fazê-lo nos próximos meses. Mas certamente não poderão queixar-se de tédio. O tempo vai correr vertiginosamente daqui até a posse dos eleitos em outubro. Em ritmo de montanha russa, o País vai atravessar um túnel do tempo desenhado na forma de labirinto, cujas saídas desembocam ou num cenário de caos social, econômico e institucional ou no de uma consistente retomada do crescimento econômico sinalizado por um Estado inteiramente reformado — moderno e liberal, construído à imagem e semelhança das social-democracias européias.

As duas saídas são apontadas, na verdade, por uma parcela não muito numerosa de cidadãos: a dos que apostam todas as suas fichas no fracasso completo ou no sucesso absoluto do governo Collor com suas lunetas apontadas para o curto e médio prazos de um governo que em março de 91 ainda terá pela frente quatro anos de mandato. Este período de tempo, entre oito e doze meses desde a posse do presidente Collor, é realmente crucial. Teremos nele o teste de viabilidade que frustrou-se depois de prometido para os primeiros cem dias de governo. As resistências de ordem

política, econômica, cultural e institucional ao projeto collorido terão sido medidas de forma mais precisa e o tumulto da campanha eleitoral terá sido superado.

Definida a nova composição do Congresso Nacional e os nomes dos governadores eleitos, o País poderá enfim dispor de elementos para tentar identificar a cor de seu futuro. Será o momento para uma tomada de decisão por parte de uma grande, enorme parcela da população que até lá vai caminhar perplexa e sem rumo definido. Esta parcela da população é composta, basicamente, por aqueles que, numa perspectiva "burguesa" da história, são os primeiros responsáveis pelo movimento de uma nação em direção ao futuro — os donos de capital e os formadores de opinião.

A perplexidade destes agentes econômicos e sociais, na verdade um avanço com relação ao maniqueísmo imposto por anos de ditadura, traduz a inexistência de um movimento majoritário de oposição ao governo. Mas, por outro lado, representa também a negativa de um entusiasmado engajamento por parte daqueles agentes no projeto encarnado por Collor. Este engajamento, em maior ou menor escala, era tido como certo pela equipe de

Allan Madsen

governo e a sua ausência constitui um fardo pesado: como conduzir a bom termo um projeto de profunda reforma da economia e do Estado sem o amparo de setores expressivos e bem organizados da sociedade?

Collor tenta compensar a falta deste amparo com demonstrações de obstinação em alcançar suas metas e pequenas doses de concessão ao diálogo e à negociação. "É uma questão de tempo até que vocês se deem conta de que a utopia é realizável", parece dizer o presidente. "A dor será intensa, mas breve; depois virá o alívio e o crescimento", promete — em outras palavras — a equipe econômica do governo. A perplexidade, contudo, resiste, alimentada pela recessão e pelo desemprego. Enquanto isso surgem perigosos sinais de que as oposições não estão erradas ao apontar como consequência do projeto do presidente Collor — ou como um de seus componentes intrínsecos — o agravamento da concentração da renda no País. Estes sinais apontam entre os beneficiários desta concentração o mais poderoso segmento da economia nacional — as empreiteiras de obras públicas patrocinadas por um Estado que, supostamente, pretende-se reformas.